

## Ota nº 04/2022

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2022, às 14:00 h nos dependências do Auditório João Maurino foi realizada a audiência pública de apresentação do projeto de lei do orçamento para o exercício de 2023. O edital de chamamento foi fixado no quadro de avisos, site e publicado no Diário oficial do municípios do Paronó, em 09/08/2022 na edição 2580. A srta Stomaro P. Hilário, contadora, a conduziu a todos pela presença. Iniciou-se a presente apresentação expondo a importância de um orçamento condizente com as necessidades do município, este orçamento é feito baseado na projeção futura de receitas estimados, receitas de convênios, alienação e op. de crédito (em andamento). Para PPM e ICMS, usou-se a projeção do Governo. Para as receitas municipais o valor longo deste exercício. Sendo assim, hoje visto a necessidade de atualização de valores estimou-se uma receita de R\$ 34200.000,00 (rec. correntes) + R\$ 3800.000,00 (de receitas de capital, totalizando R\$ 38.000.000,00 as receitas do município. No que tange as despesas, primeiramente foram projetados as despesas fixas acrescidas de um reajuste de 6% para 2023. Projetados despesas com folha de pagamento, intervenção financeiro para RPPS e câmara, precatórios, débitos e convênios, após isso distribuídos os valores conforme plano de governo, trabalhos e obras em andamento. Apresentados cada valor destinado às várias secretarias e seus respectivos departamentos, foram frisados cada principal objetivo ou o mais relevante em cada um. Nesse momento, foram



zitos ponderações pelo preqito, secretários e assessores presentes, onde cada um expôs a agenda firmada para 2023 em conversas e reuniões realizadas antes desta audiência com cada secretaria. Total das despesas R\$ 38.000.000,00. Para o legislativo foi fixado o valor de R\$ 2.070.000,00 (7% do RCL), para o RPPS o valor de R\$ 235.000,00, cada ente encominhou seu respectivo QAS. Aberta a palavra, o preqito falou da economia feita durante os dois primeiros anos de mandato para permitir sanar compromissos de restos a pagar, precatórios e processuais. Ainda comentou que pretende priorizar a execução de ordens em andamento, a exemplo da Super creche com recursos federais em atraso desde 2021, cuja execução passa de 70% e que é preciso aportar recursos próprios p/ que a mesma seja concluída para atender a demanda. Secretários presentes fizeram suas considerações. A controladora afirmou ainda ser necessário encominhar novo Projeto de lei alterando a LRA 2023 (aprovado em maio) a fim de retificar o rotatório de metas fiscais. Sendo o que apresente, encerra-se esta audiência.

Juara Juci A. Moraes, Dônia Maria Pereira ~~Reitor~~ B.  
 Izumi ~~Quatin~~ ~~Reitor~~ Custódio ~~Reitor~~ ~~Reitor~~